

## Apresentado o Relatório do Estado do Ambiente

O Relatório do Estado do Ambiente (REA) foi hoje apresentado no Ministério do Ambiente e da Ação Climática. O relatório é baseado numa metodologia difundida pela Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Económico – OCDE, sendo publicado há já 33 anos.

A [edição de 2020-21](#) contém 46 fichas temáticas de indicadores, cuja análise detalhada está disponível no [Portal do Estado do Ambiente](#). As fichas estão organizadas em oito domínios ambientais: Economia e Ambiente; Energia e Clima; Transportes; Ar; Água; Solo e Biodiversidade; Resíduos; Riscos Ambientais.

### Principais destaques da edição 2020-21 do REA

#### Energia e Clima

- Em contexto de pandemia, 2020 foi um ano atípico em termos de consumo de energia, verificando-se uma redução significativa, devido essencialmente à redução da mobilidade. Assim, as **importações de energia** ocorridas em 2020 diminuíram cerca de 14,7% face ao ano anterior, enquanto a **produção doméstica** apresentou um ligeiro aumento. Os consumos de energia diminuíram em 2020 face ao ano anterior, quer o **consumo de energia primária** (-7,5%, devido principalmente à redução do consumo nos produtos derivados do petróleo), quer o **consumo de energia final** (-7,2%, devido fundamentalmente à redução do consumo de combustíveis nos transportes rodoviários e no transporte aéreo);
- Em 2020 a **dependência energética** do exterior apresentou uma forte redução relativamente a 2019, situando-se nos 65,8% (valor provisório), sobretudo devido à redução de importações de carvão de origem fóssil, petróleo bruto e respetivos derivados;
- No que respeita às **energias renováveis**, 58,3% da energia elétrica produzida em Portugal em 2020 teve origem em fontes renováveis; Em setembro de 2021 esse valor cifrava-se em 61,1% (dados provisórios);
- Estimativas provisórias para 2020 preveem uma redução das **emissões nacionais de gases com efeito de estufa**, sem contabilização das emissões de alteração do uso do

solo e florestas, de cerca de 8,6% face a 2019, totalizando 58,2 MtCO<sub>2</sub>eq., sendo a redução face a 1990 e 2005, de 1,2% e 32,3%, respetivamente;

- Também de acordo com estimativas preliminares, em 2020, o subsector da combustão de combustíveis fósseis, o principal subsector do setor Energia, apresentou globalmente uma redução das emissões de 20,1% face à média 2016-2019. Esta redução deve-se essencialmente ao menor consumo de carvão na produção de eletricidade (para o qual contribuiu a disponibilidade hídrica e eólica que ocorreu em 2020 e início de 2021), e ainda à redução de 13,3% no sector dos transportes;
- Em Portugal continental, o ano de 2020 foi classificado como muito quente e seco, relativamente à **temperatura do ar** e à **precipitação**, tendo ficado registado como o 4º ano mais quente dos últimos 90 anos.

### Transportes

- O sector **dos Transportes** registou em 2020 uma redução acentuada em todos os modos de transporte, devido às restrições à mobilidade fruto da pandemia Covid-19. Em relação a 2019, o **transporte de mercadorias** em território português registou uma redução de 10,6% nos modos rodoviário e ferroviário, de 6,7% no modo marítimo e de 31,5% no transporte aéreo (o modo que transporta menor quantidade de mercadorias); A utilização do **transporte público de passageiros** sofreu, em relação a 2019, uma redução de 41,7% na utilização do comboio, de 47,8% na utilização do metropolitano, de 42% na utilização do modo rodoviário e de 42,8% na via fluvial;
- O **parque de veículos ligeiros de passageiros** era composto, em 2020, por 56,5% de veículos movidos a gasóleo e 40,3% a gasolina, representando 96,8% do total. No que respeita à mobilidade elétrica, até 2020 foram registados 33.989 veículos elétricos, representando um acréscimo de 43% face ao ano anterior.

### Ar

- No que diz respeito à qualidade do ar, constata-se que nos últimos anos a classe predominante do **índice da qualidade do ar** (IQA<sub>r</sub>) tem sido “Bom”, tendência que se manteve em 2020. Neste ano, devido às restrições à mobilidade, registou-se uma melhoria

generalizada da qualidade do ar. Não obstante, o IQAr não reflete expressivamente esta melhoria, uma vez que não é muito influenciado pelos níveis de dióxido de azoto, os que alcançaram maior redução;

- Em relação à **poluição por partículas inaláveis**, verifica-se que o decréscimo das concentrações deste poluente não foi muito expressivo, devido à grande diversidade de fontes que estão na sua origem e também à influência das condições meteorológicas. A concentração média anual de partículas PM<sub>10</sub> foi, em 2020, de 15 µg/m<sup>3</sup>, confirmando a tendência de redução das concentrações registada desde o ano 2000;
- A **poluição atmosférica por dióxido de azoto (NO<sub>2</sub>)**, que resulta fundamentalmente do tráfego rodoviário, apresentou em 2020 uma forte redução. Assim, pela primeira vez, não ocorreram excedências ao valor limite anual da concentração de NO<sub>2</sub> (40 µg/m<sup>3</sup>) nas grandes aglomerações.

## Água

- Manteve-se o excelente nível de qualidade da **água para consumo humano** (99% de água segura na torneira do consumidor em 2020, pelo 6º ano consecutivo);
- Em 2020, foram monitorizadas 620 **águas balneares** (488 águas costeiras ou de transição e 131 águas interiores), tendo 90,6% obtido classificação “excelente”;
- Em relação às **disponibilidades hídricas superficiais e subterrâneas**, o ano hidrológico de 2018/2019 terminou com as reservas hídricas superficiais abaixo da média em onze das quinze bacias hidrográficas analisadas, tendo o ano hidrológico seguinte, 2019/2020, terminado com as bacias a sul do Tejo em situação de seca hidrológica. A precipitação ocorrida ao longo do semestre húmido (outubro a março) do ano hidrológico 2020/2021 permitiu a recuperação das reservas hídricas superficiais na grande maioria das bacias hidrográficas, com exceção do Mira e das Ribeiras do Algarve, observando-se a situação mais crítica no Barlavento algarvio. No que se refere ao armazenamento subterrâneo, os níveis mantiveram-se significativamente baixos em várias massas de água a sul do Tejo ao longo do ano 2019/2020, mas a precipitação do semestre húmido de 2020/2021, em particular em fevereiro de 2021, permitiu a recarga dos aquíferos subterrâneos em algumas massas de água do Algarve e do Guadiana e nas bacias das ribeiras do Oeste;

- A **utilização de recursos hídricos** é analisada com base nos requerimentos submetidos e respetivos títulos emitidos. Em 2020, cerca de 86% do total de títulos emitidos dizem respeito a captações de água, 8% a rejeição de águas residuais e 4,6% à realização de construções, implantação de apoios de praia, equipamentos e infraestruturas.

### Biodiversidade e Solos

- O interesse da população pela conservação e utilização sustentável da biodiversidade manifesta-se no número total de **visitantes nas áreas protegidas**, que em 2019 ascendeu a perto de meio milhão. No entanto este valor diminuiu fortemente em 2020, devido à pandemia, registando apenas 176.059 visitas, -64,45% do que em 2019;
- Em Portugal, a **Rede Natura 2000** é composta por 108 áreas designadas no âmbito da Diretiva Habitats (das quais 45 nas Regiões Autónomas) e 62 Zonas de Proteção Especial designadas no âmbito da Diretiva Aves, distribuídas pelo Continente (42) e Regiões Autónomas (20). No total, esta Rede abrange cerca de 21% da área terrestre e cerca de 10,7% de área marinha, contabilizando as águas interiores marítimas acrescidas do mar territorial até às 12 milhas, e da Zona Económica Exclusiva até às 200 milhas;
- A **área agrícola em modo de produção biológico** registou um aumento considerável desde 1994. Em 2019 atingiu os 293.213 hectares, o que corresponde a 8,16% do valor da superfície agrícola utilizada;
- A **produção aquícola** nacional correspondeu, em 2019, a 8,3% das descargas de pescado, atingindo 14.291 toneladas (+2,6% do que em 2018), sendo a amêijoia (26,9%) e o pregado (29,4%) as principais espécies produzidas.

### Resíduos

- A **produção de resíduos urbanos** em Portugal continental foi de 5,01 milhões de toneladas em 2020 (+0,1% do que em 2019), o que corresponde a uma produção diária de 1,40 kg por habitante (valor igual ao de 2019). Em 2020, devido à pandemia de Covid-19, foram publicadas recomendações de encaminhamento dos resíduos indiferenciados para incineração ou aterro e o encerramento do tratamento mecânico de resíduos indiferenciados, o que levou a que a **taxa de preparação para reutilização e reciclagem**

tenha sido de 38% (41% em 2019), valor que ainda assim não permitiu cumprir a meta de 50% prevista no Plano Estratégico para os Resíduos Urbanos (PERSU 2020). Pelo mesmo motivo, a deposição de **resíduos urbanos biodegradáveis** em aterro aumentou para 53% (45% em 2019), valor que não permitiu alcançar a meta de 35% prevista no PERSU 2020;

- No que diz respeito à **reciclagem de fluxos específicos de resíduos** (embalagens e resíduos de embalagens, óleos lubrificantes usados, pneus usados, resíduos de equipamento elétrico e eletrónico, resíduos de pilhas e acumuladores, veículos em fim de vida e resíduos de construção e demolição), as taxas de reciclagem obtidas em 2019 permitiram o cumprimento das metas globais definidas na legislação, exceto para os veículos em fim de vida, que ficaram 1% abaixo da meta estabelecida (85%) e os pneus usados, em que a taxa alcançada, 62%, ficou aquém da meta de 65%;
- Analisando especificamente o fluxo de **resíduos de embalagens**, foram produzidos aproximadamente 1,77 milhões de toneladas em 2019, tendo resultado numa taxa de reciclagem de 63% e numa taxa de valorização de 72%. Por tipo de material de embalagem, apenas o vidro, com uma taxa de 56% e o metal, com 46%, não alcançaram, em 2019, as respetivas metas (de 60% e 50%, respetivamente). Já as taxas de reciclagem de embalagens de papel e cartão (71%), plástico (36%), e madeira (91%), ultrapassaram as metas de 60%, 22,5% e 15%, respetivamente.

### Economia e Ambiente

- O **consumo interno de materiais** cresceu 18% entre 2013 e 2019, cifrando-se nos 171,8 milhões de toneladas. A produtividade associada à utilização de materiais – **produtividade de recursos** – diminuiu 3,49% em 2019, quando comparada com os valores de 2013;
- O valor dos **impostos com relevância ambiental** coletados em Portugal correspondeu, em 2020, a 4,765 mil milhões de euros (dados provisórios). Este valor corresponde a uma redução de 12% face a 2019 e interrompe uma sequência de 7 anos consecutivos de aumento da receita destes impostos, que pode ser explicada pela redução da mobilidade e do consumo associadas às restrições impostas na sequência da pandemia de Covid-19.

### Riscos Ambientais

- A ficha temática sobre a **seca** avalia a ocorrência de períodos de redução da disponibilidade de água, considerando diferentes definições de seca: meteorológica, agrícola, agrometeorológica e hidrológica. O ano hidrológico de 2019/2020 acabou com 66% do território em seca meteorológica fraca e moderada e o ano de 2020/2021 com 43%. A precipitação ocorrida em janeiro e fevereiro de 2021 permitiu a recuperação dos níveis de armazenamento em quase todas as bacias hidrográficas, com a exceção das do Mira e do Barlavento que não saíram da condição de “Emergência”. Depois do ano de seca ocorrido em 2017/2018, no início do qual a totalidade das massas de água subterrânea (93) estavam em vigilância ou em situação crítica, os anos hidrológicos que se seguiram iniciaram-se com menos massas de água em situação crítica (0 em outubro de 2018, 9 em outubro de 2019 e 13 em outubro de 2020). Em setembro de 2021, 8 massas de água estavam em situação crítica;
- Em 2020, a base de dados de incêndios rurais registou, em Portugal continental, 9.619 ocorrências de **incêndios rurais** (10.832 em 2019), que resultaram em 67.170 hectares de área ardida (42.084 hectares em 2019). Na década de 2011 a 2020, o ano de 2020 registou o número mais reduzido de incêndios (ocorrências) e o quarto valor mais reduzido de área ardida.